

A bomba relógio das cidades brasileiras

Erminia Maricato¹

Se na década de 40, quando 31% da população brasileira era urbana, as cidades eram vistas como avanço e modernidade em relação ao campo que representava o Brasil atrasado ou arcaico, no início de 2001, quando 80% da população é urbana, sua imagem passa a ser associada à violência, poluição, favela, criança desamparada, epidemias, tráfego caótico, entre outros inúmeros males.

O processo de industrialização / urbanização, parecia representar um caminho para a independência de séculos de dominação da produção agrária e de mando coronelista, ligado diretamente à relação colonial. A evolução dos acontecimentos mostrou que ao lado de intenso crescimento econômico (7% em média entre 1940 e 1980), o processo de urbanização com crescimento da desigualdade resultou numa gigantesca concentração espacial da pobreza.

Nem todas as consequências do processo de urbanização são negativas como mostram a queda da mortalidade infantil, da taxa de natalidade e o aumento da esperança de vida ao nascer, nos últimos 50 anos. A década de 80 foi portadora de algumas novidades, confirmadas pelo Censo do IBGE de 2000, como a diminuição da taxa geométrica de crescimento anual das metrópoles (cujo crescimento se concentra agora apenas nos municípios periféricos) e a aceleração do crescimento das cidades de porte médio. As doze metrópoles brasileiras entretanto, que concentram perto de 33% de toda a população revelam de modo mais evidente as consequências dramáticas desse processo de crescimento com exclusão social.

Durante os anos 80 e 90, sob as novas relações internacionais a desigualdade se aprofunda: aumenta a informalidade nas relações de trabalho, aumenta o crescimento das favelas, aumenta o número de crianças abandonadas. Levantamentos científicos comprovam o que nossos olhos constataam cotidianamente. Entre essas características que são históricas em uma sociedade na qual o desemprego e a desigualdade são estruturais, talvez a maior novidade das duas últimas décadas esteja na explosão da violência urbana.

Falar de violência no Brasil, último país escravista do hemisfério ocidental e que ainda hoje mantém resquícios de trabalho escravo, requer alguma precisão. A violência urbana que cresce fortemente nas cidades brasileiras se diferencia da tradicional violência que sempre marcou a relação de trabalho. Trata-se daquela que é expressa pelo número de homicídios e que como a primeira, faz da população pobre sua principal vítima. O que nos interessa explorar aqui é a relação entre habitat e violência.

A segregação urbana é uma das faces mais importantes da exclusão social. Ela não é um simples reflexo mas também motor indutor da desigualdade. À dificuldade de acesso aos serviços e infraestrutura urbanos (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos, etc) somam-se menores oportunidades de emprego (particularmente do emprego formal), menores oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação de gênero e idade, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer. A lista é interminável.

ILEGALIDADE NA OCUPAÇÃO DO SOLO E SEGREGAÇÃO URBANA

¹ Profa. Titular da USP, secretária de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Município de São Paulo (1989 - 1992) e Secretária Executiva do MCidades (2003 - 2005). Participou da criação do MCidades (2003) e coordenou a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (até 2005).

A ilegalidade em relação à propriedade da terra entretanto, tem sido o principal agente da segregação ambiental, no campo ou na cidade. A ilegalidade fundiária participa de uma situação de ilegalidade generalizada: na relação de trabalho, na resolução de conflitos, na ação da polícia...

No meio urbano, a relação - legislação/mercado fundiário/exclusão - está no centro da segregação territorial. É nas áreas desprezadas pelo mercado imobiliário privado e nas áreas públicas situadas em regiões desvalorizadas, que a população trabalhadora pobre vai se instalar: beira de córregos, encostas dos morros, terrenos sujeitos a enchentes ou outros tipos de riscos, regiões poluídas, ou... áreas de proteção ambiental.(onde a vigência de legislação de proteção e ausência de controle do uso do solo definem a desvalorização e o desinteresse do mercado imobiliário).

Apenas para dar alguns exemplos, em São Paulo, uma cidade que tem o PIB maior que o do Chile, aproximadamente 20% de seus 10 milhões de habitantes mora em favelas. Destas, 49,3 % tem alguma parte localizada em beira de córrego, 32,2% estão sujeitas a enchentes, 29,3% localizam-se em terrenos com declividade acentuada, 24,2 % estão em terrenos que apresentam erosão acentuada e 0,9 % estão em terrenos de depósitos de lixo ou aterro sanitário.

Na periferia sem urbanização, a precariedade dos transportes e o alto preço são fatores que influem na baixa mobilidade dos moradores, frequentemente exilados em seus bairros precários. (Santos 1990). Não é de se estranhar que em tais situações de segregação territorial pode ocorrer o desenvolvimento de normas, comportamentos, mecanismos, procedimentos extra legais que são impostos à comunidade pela violência ou que são aceitos espontaneamente e até desejados.

SEGREGAÇÃO URBANA E VIOLÊNCIA

Não se trata de um "Estado paralelo" ou universo partido. A realidade é bem mais complexa. Uma ambiguidade entre o legal e o ilegal perpassa todo o conjunto da sociedade do qual não escapa, mas ao contrário, ganham posição de destaque as instituições públicas. As áreas carentes dos equipamentos e serviços urbanos constituem fonte fértil para a relação política clientelista: a troca do voto pela melhoria urbana perpetua relações políticas arcaicas.

Em termos gerais, podemos dizer que há uma grande relação entre os bairros que apresentam menor renda familiar, menor índice de educação, piores condições de moradia, piores condições de saúde e o número de homicídios na cidade São Paulo (Maricato 1996). Um negro jovem morador da periferia do Rio de Janeiro tem chance muitas vezes maior de morrer num assalto do que um adulto branco morador da rica zona sul, embora a elite da cidade se julgue a maior vítima da violência (Iser/RJ). O crescimento da violência atinge principalmente a população trabalhadora moradora dos bairros de periferia onde a taxa de homicídios é muito maior. Ela pode variar de menos de 10 mortos para cada 100 mil habitantes, num bairro rico de São Paulo (Alto de Pinheiros), para 222 em um bairro pobre (Jardim Angela) como revelam as pesquisas do PRO-AIM. Muito já foi dito sobre os números de guerra civil que marcam o início do novo milênio, em várias metrópoles brasileiras. Entretanto, é preciso insistir mais sobre a relação da segregação territorial e a violência.

Essa realidade socio-espacial não é conhecida. Uma ardilosa construção ideológica define a imagem da cidade virtual que encobre a cidade real. O todo é tomado pela parte. Não são apenas os poderes executivos que concentram seus investimentos na cidade legal, hegemônica (verdadeira “ilha de primeiro mundo”), mas também o sistema jurídico que se organiza em torno de regras que não são universais, além da mídia principal propagadora do simulacro. Qualquer grande cidade brasileira

apresenta uma conjunção de esforços para a produção de novas centralidades urbanísticas relacionadas a um consumo luxuoso e a um cenário de distinção alimentando a valorização imobiliária: recursos do capital privado (imobiliário, lazer, cultura, comércio) e, por incrível que possa parecer, a maior parte dos recursos públicos destinados a investimento. Para comprovar essa afirmação basta observar a Barra da Tijuca no Rio, o entorno do Rio Pinheiros em São Paulo, o bairro de Boa Viagem no Recife, os arredores do Beach Park em Fortaleza, entre outros.

Construir a consciência sobre a cidade real, a dimensão da exclusão e da segregação, a regressão nos investimentos públicos, a discriminatória gestão e regulação do uso do solo, é sem dúvida o primeiro passo para reverter esse quadro e dar visibilidade para a “cidade oculta” que é hoje, na verdade, a cidade da maioria. Os excluídos urbanos deixaram ser minoria. A exceção virou regra e a regra exceção. Quanto mais a sociedade brasileira demorar para enfrentar a questão urbana, mais o desastre se aprofundará comprometendo não somente os segregados que habitam essas “bombas sócio ecológicas”, formadas por bairros inteiros ilegais, homoganeamente pobres, mas toda a cidade que tem seus mananciais de água, florestas e recursos hídricos comprometidos. Se a elite brasileira não toma as providências para reverter essa situação de injustiça e desigualdade movida pela solidariedade, deveria fazê-lo por amor a seus filhos e para salvar os seus pescoços.

Referências:

Santos, M. *Metrópole corporativa fragmentada*. Nobel, São Paulo, 1990

Maricato, E.- *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. Hucitec, São Paulo, 1996

Arantes, O.; Vainer, C. e Maricato, E. *A cidade do pensamento único*. Vozes, Petrópolis, 2000.

ERMINIA MARICATO

arquiteta, e urbanista, Coordenadora do Curso de Pós Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, Coordenadora do Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos, ex-Secretária de Habitação e Desenvolvimento Urbano da prefeitura de São Paulo (1989-1992)